

É preciso dar respiração pública ao nosso maior tesouro

Joaquim Azevedo¹

Começo por felicitar a Fundação Manuel António da Mota por ter eleito este tema para o seu Prémio Anual e agradeço a oportunidade que me deu para proporcionar este momento de reflexão sobre a família. E quero fazê-lo, se possível, de um modo claro e penetrante. Opto, por isso, por um registo menos teórico e muito mais próximo do nosso dia-a-dia, considerando entre outras coisas que é Domingo, depois do almoço e que são grandes os riscos de partirmos desta sala do Palácio da Bolsa para outras realidades que também nos são familiares!

Felicito também as instituições que se candidataram a este prémio e que se distinguiram, de um ou outro modo. Todos somos poucos para velar por uma instituição tão central na nossa vida pessoal e comum.

Primeiro, quero abordar o modo como a família está tão presente de modo natural e profundo na nossa vida, estruturando-a no que ela tem de mais sólido e profundo, para, em seguida, refletir sobre a pertinência em defendermos e apoiarmos as famílias na sua vasta e difícil missão, pois elas carregam hoje com muitos e sérios problemas sociais que a afetam gravemente. E faço-o porque acredito que apoiar as famílias a serem melhores famílias é apoiar o que de melhor o ser humano criou para poder ser verdadeiramente humano.

1. O meu nome e os laços que tecem a minha família

O meu nome, o nome de cada um de nós, fala-nos de uma família, de um entrelaçar de ligações, de esperanças e de compromissos estabelecidos ao longo de gerações, fala-nos de nós como elos de uma corrente de vida que se foi e vai revelando continuamente. Pouco nos apercebemos disso, de tão natural que isso nos ocorre. O nosso nome próprio está ligado ao dos nossos pais e aos dos pais dos nossos pais. E nesta graça nos reconhecemos como pessoas, com uma história, que percorre várias gerações, que enraíza numa língua e numa cultura, com um passado e um futuro, que constituem como que filamentos quase invisíveis, fora de qualquer lógica de valor de mercado, uma filigrana preciosa que nos une e estrutura por dentro. Reconhecemo-nos como detentores de um tesouro, talvez o nosso maior tesouro. Um tesouro cheio de bens relacionais, um tipo de recursos que é pouco considerado pela nossa sociedade e cultura mercantilizadas, na hora de mapear e atribuir valor ao que somos e nos pode fazer viver, em comum, uma vida digna.

Vale a pena aproveitarmos esta pausa dominical para desocultarmos um pouco melhor este tesouro relacional, como se prolongássemos a reunião da família à volta da mesa, neste domingo.

Este tesouro fala-me de **laços**, de múltiplos e importantes **laços**, que acabam por desenhar, ao longo dos anos e em grande medida, aquilo que sou, na linha do que

¹ Professor da Universidade Católica Portuguesa/Porto.

sugere Fabrice Hadjadj, no seu recente livro sobre a família². Antes de mais, fale-me do laço conjugal, pois desta união entre um homem e uma mulher nasce o projeto e o compromisso de criar e desenvolver uma nova família. Nesse projeto e nesse compromisso, não isentos das dificuldades inerentes ao viver em comum e um para o outro, são gerados, nascem e crescem os filhos, o maior bem de um casal, a melhor expressão do amor conjugal, do dom de si.

Esse tesouro fala-me, pois, também de uma segunda ligação, o laço filial. Essa relação entre pais e filhos, que constitui uma expressão sublime de amor humano, verdadeiramente desinteressado, sem limites, que livre e reciprocamente se dá e se recebe, que respeita e favorece a dignidade de cada um dos elementos da família, num clima quotidiano da mais profunda solidariedade e gratuita disponibilidade. Este clima exige muito esforço e sacrifício de cada um e de todos, pois requer compreensão mútua, disponibilidade para acolher as diferenças, respeito mútuo, tolerância e capacidade de perdão. O que não é fácil, eu sei, é aliás bastante exigente e requer uma cuidada e inacabada atenção. Mas é belo, isso sim, esse dom que os filhos são para os pais e essa casa edificada que os pais são para os filhos, em liberdade e responsabilidade.

O tesouro familiar fala-me também do laço fraternal, da ligação estreita, amiga, vital, que liga os irmãos, que os faz crescer muito em humanidade. Eu, que venho de uma família de dez irmãos, tenho a sorte de celebrar esta enorme graça da *fratria*. Todos diferentes, cada um com os seus traços muito próprios, todos verdadeiramente irmãos. São laços que unem e perduram, que nos dão o saboroso gosto da amizade e o perfume da alegria de vivermos juntos, que nos confortam com a certeza de termos ali, por mais que nos separem distâncias físicas, um apoio disponível e desinteressado.

Todos estes elos têm uma característica muito distintiva: são laços que ligam e não atam, ligações que têm a força incrível dos laços frágeis, como os descrevia M. Granovetter, porque assentes na bondade, na simplicidade, na humildade.

Mas esta filigrana familiar, bela e exigente, não acaba aqui, é bem mais ampla e rica, pois no movimento do amor que anima estes três laços, outros três se desenham, em arcos que crescem e se ampliam.

Assim, no laço fraternal, desenham-se as fraternidades do pai e da mãe, os tios e as tias, esses apoios aos pais e aos sobrinhos, recheados de tão belos exemplos de amizade, de apoio ao crescimento dos mais novos e até de dedicação extrema. E aos tios e tias liga-se a fraternidade dos primos, que se estende por vezes por uma imensidão de outras famílias e de outros lugares da Terra.

No laço filial, as ligações amorosas levam-nos aos pais dos nossos pais, pois estes também são filhos, ou seja, aos avós. Estes são, tantas vezes, o tempero adequado à relação entre pais e filhos, o cantinho do afeto sem medidas, que agem mais pela sua experiência, sabedoria, paciência e graça do que por qualquer “obrigação”. Os avós, esse fabuloso recurso relacional de que as sociedades dispõem, cada vez em maior número, fruto do prolongamento da idade média de vida, são aqueles que, no dizer dos netos: têm sempre tempo, que às vezes se zangam, mas a rir, que sabem sempre que nós queremos uma fatia maior ou mais uma fatia do bolo, que têm tempo para contar sempre a mesma história e não saltam bocados, que fazem todos os desenhos com todas as cores.

² “Qu’est-ce qu’une famille? Ed Salvator (2014)

Com a presença dos avós, o amor expande-se nas famílias e na sociedade, como que por magia e graça! Um porto de segurança e apoio para os netos e até para os filhos, mormente nestes momentos de tanta desorientação social e de tão elevado desemprego juvenil, como os que existem em Portugal!

No laço conjugal, finalmente, desenha-se ainda a presença dos sogros e das sogras, estes tão significativos e desprestigiados elementos de uma rede tão vasta de relações certamente complexas, muitas vezes tensas e conflituosas, mas... quem disse que a vida era fácil preparou-nos mal para a vivermos.

Quando olho para a minha família, os meus pais e irmãos, os meus filhos e netos, fico a contemplar esta simples complexidade amorosa; muito mais do que planeamento, decisões formais, contratos e balanços de débito e crédito, vejo que destas ligações naturais é derramado incessantemente um amor misterioso; nenhum dos meus netos tomou qualquer decisão sobre esta textura relacional que os envolve e, no entanto, ela é apenas o seu tesouro maior, que os faz verdadeiramente crescer e desenvolver-se; é uma dádiva, ultrapassa-nos, é assim.

Eu próprio não sou digno dos pais e irmãos, dos filhos e dos netos que tenho; é algo que me acontece, que me antecede e sucede, que me dá imensa alegria e que eu não programei nem calculei, por mais que tivesse tentado programar e calcular, e que só me resta agradecer.

Não há contratos, não há dívidas, nem sequer há reciprocidade. O mistério da vida, que pode começar quando olhamos um filho acabado de nascer e nos perguntamos “porquê este, porquê assim?”, prolonga-se depois por toda a vida. As nossas escolhas e decisões explicam pouco ao desocultarmos estes laços familiares...Há apenas um excesso, o excesso de amor, um amor que nada pede em troca!

Traçado este quadro, que se estende ainda às famílias exteriores à nossa e que se cruzam com as nossas famílias, os compadres e as comadres, por exemplo, duas constatações, entre várias outras, se impõem: a **primeira**, é a de que tudo isto nos é dado, acontece, é natural na nossa vida, é uma dádiva do nosso viver em comum, que tem a sua sede no amor e, sendo um dom, uma graça (que as mais das vezes nem sequer valorizamos), é ao mesmo tempo uma espinha dorsal do nosso viver. Por isso, é tão importante a consagração do direito de cada ser humano a ser criado e educado no seio de uma família; por isso é tão relevante este dado tão simples e tão matricial da humanidade, que consiste em dar-mo-nos uns aos outros através de uma família, que se desdobra em filhos e netos, que se expande em vida e nos expande como pessoas, em graça e humanidade. E como ficam tão evidentes nesta constatação duas coisas tão importantes: que a nossa vida e o melhor da nossa vida recebemo-lo de graça, independentemente dos nossos méritos, e que um princípio estruturante do nosso viver consiste em dar e dar-mo-nos, dando a vida, pois realmente é dando que se recebe.

A **segunda** constatação radica no facto de que este *ordenamento* natural do nosso viver em comum está antes e acima de quaisquer ordenamentos jurídicos e formais da sociedade e do Estado.

Estes, o Estado e a sociedade, tudo devem fazer para cuidar deste tesouro, proporcionando às famílias os meios que lhes permitam exercer cabalmente todas as suas virtualidades, direitos e obrigações. A família não existe para a sociedade e para o Estado; antes a sociedade e o Estado existem para a família

(CPJP, nº 214). Segundo o princípio da **subsidiariedade**, a sociedade e o Estado não podem absorver, substituir e até reduzir a dimensão social da família, antes devem honrá-la, respeitá-la e promovê-la. Quanto mais a honramos e promovermos como a primeira e fundamental escola de sociabilidade, enquanto comunidade de amor, mais ela é capaz de seguir a sua lei, o dom de si mesma, que é de facto aquilo que a guia e a faz crescer e desenvolver-se.

2. Há problemas sociais cruciais que afetam gravemente as famílias

Eu sei que há também muitos problemas que afetam as famílias; falo-vos a partir da minha família e, como ela, há muitos milhões de outras, mas reconheço que o quadro familiar nem sempre é assim, que há famílias onde o império do amor foi sendo substituído pelo desamor, pela desafeição, em que estes elos de sociabilidade e amor foram e são quebrados, por variadas razões. Enfrentemos pois esta questão.

De facto, isto que acontece à nossa volta, não acontece por acaso. Constatamos que muitos destes problemas têm duas raízes. **Por um lado**, edificamos sociedades orientadas pelos critérios da eficiência, do consumo permanente e da funcionalidade de tudo o que é humano e, neste movimento cultural, deixamos de lado e desvalorizamos a família. De facto, o que conduz grande parte das famílias ao desamor são os horários de trabalho sem termo, é a precariedade das relações laborais e a sua inerente instabilidade, são as leis da produtividade a todo o custo humano, são os ritmos de vida urbana, a organização caótica das redes de transportes, os fluxos pouco inteligentes do trânsito, factores que fazem com que os **encontros** entre os membros da família sejam muito curtos, estafados e muito tensos, de tal modo que não permitem a manutenção e o desenvolvimento desses tempos e lugares do acolhimento e do diálogo, da “disponibilidade desinteressada, do serviço generoso, da solidariedade profunda” que existem na família (JPPII, FC, nº43). Vejamos, por exemplo, o lugar da mesa, o ritual da mesa e a riqueza que ele contém: desde a convivialidade com tempo, ao reencontro das histórias de vida, ao ritual dos horários a cumprir, ao dia decorrido que se partilha, à paragem que se provoca, aos olhares e sorrisos que se trocam... À mesa não é apenas a fome de comida que se alimenta, também se alimenta a fome que temos de amor, de amar e de ser amados. Se não há sequer tempo para pôr a mesa, fica a faltar-nos essa possibilidade de saborearmos o dom do amor que nos atravessa invisivelmente por dentro e que se desvela ali à volta, nos nossos olhares, sorrisos, angústias e choros, nas nossas histórias quotidianas, alegres e tristes, no simples estar e permanecer ali, uns com os outros, solidariamente.

Por outro, as políticas públicas e a ação do Estado, que como disse deve ser subsidiária das famílias, pouco tem feito sistematicamente para contrariar estes problemas que asfixiam a sobrevivência das famílias, ou seja, estas muito raramente estão no centro das políticas públicas, muito poucas vezes constituem uma variável nuclear e fixa de todos os empreendimentos e normas que se estabelecem quanto ao nosso viver em comum. A questão, a meu ver, não reside em pedir ao Estado que ajude muito as famílias e que juridicize a vida familiar (seria o fim da família!), mas sim em exigirmos que tudo aquilo que se decida fazer tenha este critério essencial presente: não prejudicar, não criar obstáculos, por um lado, e por outro promover a família, evitando o seu progressivo

definhamento. Na ética subjacente às opções das políticas públicas, este tem de ser um critério central. Não para favorecer os cidadãos mais conservadores ou a direita, não é isso que está em jogo, mas sim para salvaguardar o que nos estrutura radicalmente como seres humanos.

É muito lamentável que a progressiva subordinação acrítica do povo ao que as elites políticas entendem como “politicamente correto” se esteja a traduzir na progressiva ausência da humanidade que nos habita, expurgando-nos da nossa verdade e do nosso mistério, condenando-nos a sermos autómatos consumistas, robots que obedecem a normas e aplicam regras, extorquindo a possibilidade de vivermos uma vida decente.

Que fique bem claro: não existe nenhuma ação comum, nenhum projeto social, qualquer medida de política, algum empreendimento de “responsabilidade social” ou ação caritativa que substitua uma família, a sua textura relacional espessa e densa, ao mesmo tempo flexível e firme, simultaneamente invisível e tão evidentemente presente; não há escola, instituição de acolhimento, projeto sociocaritativo que substitua uma família que cresce saudavelmente com os filhos que nascem e se desenvolvem, por mais difícil e tenso que seja este empreendimento em comum. O limite, que tem de existir, encontra-se na negligência, nos maus-tratos e no prejuízo para o desenvolvimento das crianças e dos jovens.

Em resumo, a ação amorosa e educativa da família é original e primária, antecede qualquer outra ação idêntica de pessoas e instituições, é insubstituível e inalienável, não se podendo pois delegar em ninguém. Se se recusa dar respiração pública à família, nas nossas comunidades, é preciso termos bem claro o que se recusa, o tipo de humanidade e de projeto de sociedade que se está a recusar.

Se dizemos que não os recusamos, porque tememos falar e valorizar aqui que realmente tem este incalculável valor pessoal e social? De que é que realmente temos medo? De sermos conotados com os conservadores e com a direita?

Isso é o que nos querem estupidamente fazer crer. Esta é uma falsa questão, porque a realidade amorosa da família (desde logo ser filho) é constitutiva de cada pessoa, realmente antecede-a, não é elemento típico deste ou daquele modo de perspetivar o mundo e a vida, desta ou daquela ideologia.

O que realmente nos falta é o tempo e a oportunidade para olharmos para nós próprios e para os outros, para pararmos e contemplarmos a vida. Na voragem aparentemente infundável dos dias, acabamos por classificar como problemas das famílias aquilo que são questões sociais, culturais e económicas, graves, que têm de ser resolvidas politicamente como questões sociais, culturais e económicas e não travestindo-as em questões familiares, como sejam as que acima aludi.

De que temos medo? De não termos razão, só porque alguns que falam alto teimam em fazer da dita “neutralidade” do Estado uma arma política contra a família, como se esta fosse uma construção política, para assim nos imporem uma sociedade sem princípios e sem valores, onde vale tudo, até a desvalorização e a eliminação que de melhor a vida nos dá, de graça?

Se a família é assim tão importante, porque é que deixamos cair no plano inclinado do desânimo tantas famílias, diante de tantas dificuldades que elas não geraram, mas que sofrem amargamente? Porque é que colocamos tantos obstáculos às famílias que querem ter filhos e mais filhos, porque é que tão

pouco nos importa a desastrosa queda da natalidade no nosso país? Porque é que uma questão tão óbvia como a do “quociente familiar” é tão aberta (e veladamente) atacada? Porque é que os sucessivos Governos são tão pouco capazes de propor políticas corajosas amigas das crianças e da natalidade, quando o nosso país se está tão alegremente a afundar como pátria autónoma, livre e com futuro, prevendo-se que percamos 3 milhões de portugueses nos próximos quarenta anos? Porquê? Porque a dádiva da vida, a geração da vida, o alimento da esperança, a criação de futuro não importam às sociedades humanas?

Tudo o que pudermos prevenir, tudo o que pudermos fazer em comum para que esta comunidade natural e elementar de amor seja forte, tudo funcionará a crédito de uma vida mais digna para todos, sejamos de direita ou de esquerda, crentes, agnósticos ou ateus, ricos ou pobres.

Eu sei que a resposta habitual de muitos será esta: isso do amor familiar e do mistério que o envolve fica para mais logo, agora é preciso tratarmos de coisas concretas: do emprego, do crescimento, da crise... Antes a crise que vivemos fosse económica! Se fosse, já estaria em visas de resolução ou até resolvida. Mas infelizmente não é. O tesouro que estamos a delapidar, tantas vezes por omissão, é bem mais precioso! Ou cuidamos dele ou a ruína espera-nos.

Onde se aprende a amar?

Onde se aprende a perdoar?

Onde se aprende a confiar?

Onde se aprende a viver em comum, com as diferenças?

Onde se aprende a ser justo?

Onde se aprende a estar atento ao outro?

Onde se aprende a dar valor ao que não se compra nem se vende?

Onde se aprende a escutar e a respeitar o outro?

Onde se aprende a liberdade responsável?

Onde se aprende a ser pai, mãe, avô e avó, tio e tia, ... onde?

Onde?

E isto tudo será assim tão secundário e tão desprezível na nossa vida em comum, no espaço público, no fundamento e orientação das nossas opções políticas?

Que engano de alma ledó e cego que a fortuna não vai deixar durar muito!

A fortuna e a nossa determinação! Se, sabemos, pelo menos como filhos, que a família é tão matricial à nossa dignidade como pessoas e ao nosso viver em comum...então não deixemos de criar um país amigo das famílias, porque só ele será um país amigo das crianças e bom para nele vivermos, com um presente digno e com futuro!

Muito obrigado pela vossa atenção.